

XVII Encontro Nacional da ABET

Tema: Crises e horizontes do trabalho a partir da periferia
3/8 a 10/9 de 2021, UFU (Evento Remoto)

- **Número e Título do Grupo Temático:** GT 02 – Regulação, políticas e instituições públicas do trabalho
- **Título do trabalho:** IMPACTOS DA PANDEMIA NA INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: Um horizonte de trabalho precário, plataformização e desigualdade
- **Nome(s) do/s/a/s autor/es/as e coautores/as e as siglas de suas instituições**
Euzébio Jorge Silveira de Sousa¹ - CEMJ / STRONG BS
Bárbara Vallejos Vazquez² - Escola DIEESE / UNICAMP
Magda Barros Biavaschi³ - CESIT/ UNICAMP
Márcio Pochmann⁴ - CESIT / UNICAMP

¹ Doutor em desenvolvimento econômico pela UNICAMP. Mestre em Economia Política pela PUC-SP. Especialista em "Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais" pela UFMG. Graduado em Ciências Econômicas pela PUC-SP. Professor de Economia na FESPSP e Strong Business School (Certificada FGV); Presidente do Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ).

² Doutoranda e mestre em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da UNICAMP. Docente e coordenadora de pós-graduação da Escola Dieese de Ciências do Trabalho. E-mail: barbaravvazquez@gmail.com

³ Desembargadora aposentada do TRT4, é doutora e pós-doutora em economia social do trabalho, pesquisadora do CESIT/UNICAMP e do CLACSO, professora convidada em programas de pós-graduação do IE e IFCH/UNICAMP.

⁴ Economista, professor titular da UNICAMP, onde é pesquisador do CESIT/IE/UNICAMP. Foi Secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo (2001-2004) e Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2007-2012).

Resumo

O mercado de trabalho brasileiro, que atingiu no terceiro trimestre de 2020 taxa de desocupação de 14,6%, foi profundamente impactado pela conjunção entre pandemia e crise econômica iniciada em 2015. Com taxa de desocupação de 31,4% entre jovens de 18 a 24 anos e de 44,2% entre os jovens de 14 a 17 anos, o país acompanhou a pressão pelo ingresso ou reingresso precoce e precário de jovens no mundo do trabalho, devido à ampliação do desemprego e redução da renda das famílias. Mesmo com redução de taxa de participação na força de trabalho em 2020, tanto os dados da desocupação quanto os da subutilização da força de trabalho apresentaram expressiva ampliação. Em 2020, cresceu a taxa de jovens que não trabalham nem estudam entre as famílias mais pobres, enquanto os das famílias com maiores rendas aproveitaram a crise para ampliar a escolarização, o que aprofundará a desigualdade educacional. Ao constatar a impossibilidade de encontrar ocupação formal, os jovens mais pobres buscaram inserção em atividades uberizadas. As plataformas durante a pandemia ampliaram o número de pessoas cadastradas e reduziram a remuneração média. Também houve crescimento das plataformas de entrega por aplicativo por bicicleta, majoritariamente ocupadas por jovens que, em regra, recebem pelo trabalho valores inferiores ao salário mínimo, sem possibilidades de construir carreira e/ou progressão profissional. Este artigo analisa os efeitos da inserção precoce e precária dos jovens no mundo do trabalho durante a pandemia, buscando distinguir efeitos transitórios e duradouros e captar mudanças na desigualdade social e no trabalho.

Palavras-chave: Mundo do trabalho; juventude; pandemia; plataformização; e desigualdades

Introdução

A pandemia de Covid19 aprofundou problemas estruturais do mercado de trabalho brasileiro tais como: alto desemprego, alta rotatividade, baixos salários e elevada incidência de subempregos. Ainda que se verifique ampliação da pobreza e da desigualdade a partir do início da crise, em 2015, a pandemia tem aprofundado as desigualdades de rendimentos e acesso a ocupações de qualidade, acelerado a desestruturação do mercado de trabalho e ampliado as ocupações informais. Seus efeitos agem em simbiose com mudanças no mundo do trabalho derivadas das transformações tecnológicas e econômicas como a *Gig Economy* e plataformação do trabalho (SOUSA E MEINBERG, 2020). O novo arranjo econômico busca relações de trabalho mediadas por plataformas digitais que procuram eliminar os aparatos de proteção social e transferir ao trabalhador parte dos custos e riscos do processo produtivo. Com poucos meses da pandemia, já se assistia à aceleração desses processos. Fenômenos como Home office e a uberização do trabalho estão sendo adotados em larga escala, com problemas graves a serem enfrentados na pós-pandemia.

A redução da renda das famílias gera efeitos diretos e indiretos sobre a vida escolar e profissional dos jovens, compelidos ao ingresso precoce e precário no mundo do trabalho para poderem contribuir na composição da renda familiar. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2020) identificou, no Brasil, ampliação de 26% no número de famílias com crianças ou adolescentes trabalhando entre seus beneficiários. Cenário em que a população mais pobre é afetada em múltiplas dimensões: ao abandonarem a escola ou terem nela pior desempenho devido ao ingresso em ocupações exaustivas; e, por terem a trajetória profissional prejudicada pela baixa formação e ocupações precárias.

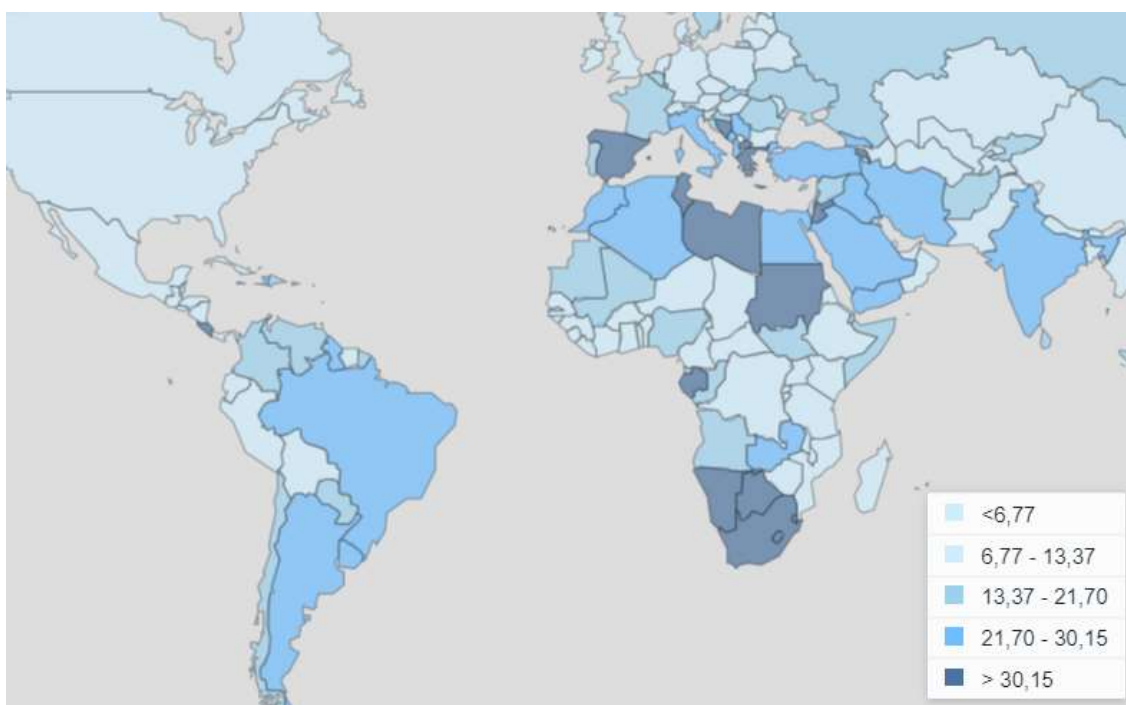
Juventude e o mundo do trabalho

A inserção dos jovens no mundo do trabalho fornece um indicador de tendências para o trabalho em cada país, posto que a juventude, em fase de transição para a vida adulta marcada de experimentações e construção de autonomia, tende a transitar de forma mais fluida dentro e fora da força de trabalho, expressando maior sensibilidade às variações de ciclos econômicos (GUIMARÃES, 2004). Por certo, as elevadas taxas de participação por si só não informam adequadamente as particularidades do mercado de trabalho em cada período histórico, ou de cada região ou país. Países com elevadas taxas de participação de jovens estão suscetíveis a maiores taxas de desocupação entre este grupo etário, uma vez que necessitam de um maior dinamismo econômico para acomodar no mercado de trabalho o contingente de jovens pressionando pelo ingresso na vida laboral. Países como Grécia, Espanha, Itália, França e Portugal possuem, em regra, taxas de desocupação e taxa de participação dos jovens superiores às do Brasil, como pode ser observado na Figura 1 Gráfico 1. No entanto, em média, os jovens dos países desenvolvidos ingressam no mundo

do trabalho em condições de maior proteção social e de melhores possibilidades de acesso a ocupações decentes.

Como evidencia a OIT (2017), a posição na ocupação dos jovens dos países de elevada renda média se dá, majoritariamente, na condição de “empregados”, enquanto nos de baixa renda média há distribuição equânime entre três posições na ocupação: “trabalhadores por conta própria”, “trabalhadores familiares” e “empregados” (OIT, 2017). Embora exista tendência de flexibilização e precarização da proteção social em quase todos os países, há diferenças de velocidade da desconstituição do aparato de proteção social, bem como se reconhece diferenças marcadas de incorporação da força de trabalho pela estrutura produtiva.

Figura 1 - Taxa de desemprego de Jovens de 15 a 24 anos em 2019 (%)



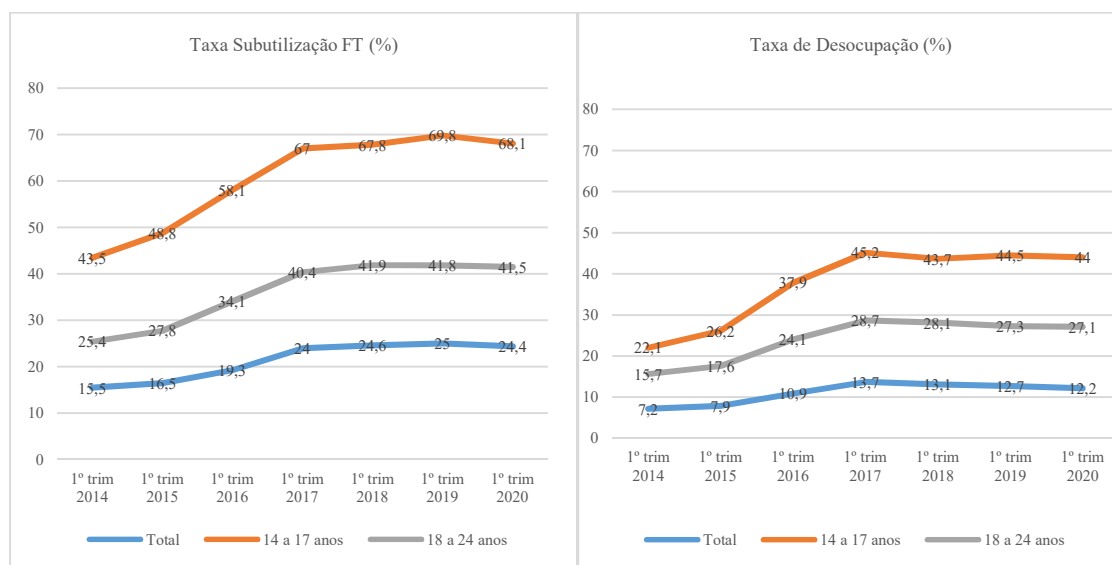
Fonte: Banco Mundial: Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.1524.ZS?end=2019&start=2019&type=shaded&view=map&year=2019>
≥: Acessado em 16 março 2021

Para análise mais acurada do mundo do trabalho em países subdesenvolvidos é necessário o uso de indicadores que busque retratar essa realidade a partir das transformações produtivas operadas nas últimas décadas (VAZQUEZ, 2018). É possível afirmar que as características do mercado de trabalho brasileiro, marcado por polarização e diversidades de vínculos formais e informais, sempre demandaram indicadores mais sofisticados para descrevê-lo. A isso somam-se, ao menos, três fatores que confirmam a insuficiência dos indicadores “desemprego aberto” e “taxa de participação” para expressar a ausência de dinamismo econômico, quais sejam: constituição de um mercado de trabalho heterogêneo nos países subdesenvolvidos; flexibilização, mais recentemente

expressa, ainda, em plataformização do trabalho; e, fluidez e multiplicidade de inserção laboral dos jovens.

O instrumento capaz de mitigar as deficiências dos indicadores tradicionais do mercado de trabalho é a taxa de subutilização, por considerar três variáveis em sua composição, sendo o desemprego aberto apenas uma delas. A taxa de subutilização retrata também as pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, que constariam simplesmente como ocupadas; e as pessoas na força de trabalho potencial, que assimila os trabalhadores desocupados por desalento, que gostariam de trabalhar, mas que desistiram ou não possuem condições materiais de buscarem uma ocupação. Quando se observa períodos mais longos, há menores variações sazonais nessas taxas de subutilização, retratando melhor as características da estrutura produtiva brasileira. O mostra que a taxa de subutilização no total da população é 12 p.p. superior a taxa de desocupação. Entre jovens de 14 a 17 anos, a subutilização supera os dois terços do total. Entre o quarto trimestre de 2019 e o quarto trimestre de 2020, o número de pessoas fora da força de trabalho ampliou 16,5%, o de ocupadas caiu 8,9% e o de desalentados cresceu 25,3%, expressando a desesperança dos que estão convivendo com o desemprego por meses, ou até anos.

Gráfico 1 – Taxa de desocupação e Taxa de subutilização da Força de trabalho (%)



Fonte: IBGE / PNADC

Assim como apresentado por Sousa (2020), a taxa de participação no mercado de trabalho fornece informações sobre a factibilidade de segmentos da população, como jovens e idosos, permanecerem circunstancialmente fora da força de trabalho. Os jovens podem nela não ingressar para ampliar escolarização, enquanto os idosos podem se retirar quando conquistam a aposentadoria, completando o ciclo de contribuição com o mercado de trabalho. Taxas de participação essas que podem estar relacionadas a características estruturais de economias com baixos salários, ocupações

precárias e elevada rotatividade que, assim como no Brasil, produz arranjos familiares nos quais mantêm-se todos em busca de ocupação que compense a ausência de renda dos desempregados (SOUZA, 2015).

A falta de aparato estatal de proteção social amplia as incertezas, elevando a taxa de participação e, também, reduzindo artificialmente o desemprego ao impor aos trabalhadores aceitar ocupações mal remuneradas por não terem condições de permanecer na busca de melhores empregos. Assim, apesar da falta de dinamismo econômico não ter gerado ocupações dignas, a precariedade material contribuiu para que esses trabalhadores não permanecessem desempregados.

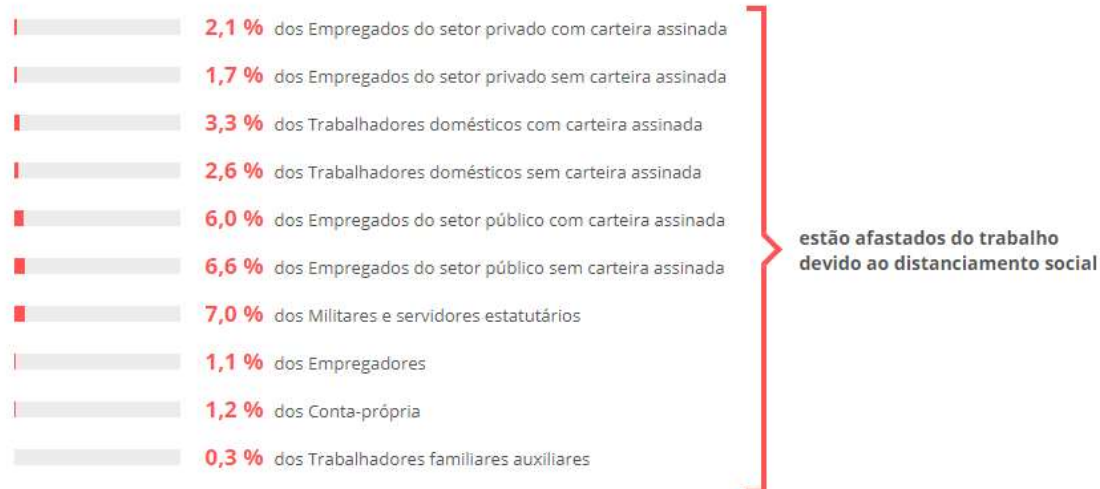
Fatores culturais fundamentados em uma ética que glorifica o trabalho também contribuem para elevar as taxas de participação, especialmente ao exaltarem a capacidade do trabalho disciplinar e dignificar os jovens (WICKERT, 2006). Faz-se necessário observar que a capacidade redentora do trabalho tem explícita seletividade, tendo em vista que só é capaz de inspirar com elevada moralidade os filhos de trabalhadores; as classes médias têm condições materiais de comprar o tempo livre de seus filhos para que permaneçam estudando e adquirindo capacidades valorizadas pelo mercado de trabalho (SOUZA, 2017). A elevada taxa de participação entre pessoas muito jovens e muito idosos tende a corresponder a impossibilidade de segmentos vulneráveis permanecerem fora da força de trabalho, seja pela baixa renda de suas famílias, seja pela ausência ou insuficiência de políticas de proteção social.

Pandemia, trabalho e os jovens

Em maio de 2020 existiam mais de 16,6 milhões de pessoas afastadas do trabalho devido à pandemia. Esse contingente reduziu expressivamente, chegando em novembro em 2,7 milhões. Os dados apontam que o direito ao afastamento do trabalho para implementar medidas justas e adequadas de combate à pandemia é restrito a ocupações com maiores salários e proteção social. A Posição na ocupação com maior proporção de trabalhadores afastados é de *Militares e servidores estatutários*. Na outra ponta, com menor taxa de afastamento estão os *trabalhadores familiares e auxiliares*. Quantos aos afastados sem remuneração (879 mil pessoas), estão, em primeiro lugar, as trabalhadoras domésticas⁵, os trabalhadores por conta-própria e os trabalhadores sem carteira assinada.

⁵ Tratou-se trabalhadores (as) domésticos (as) pelo gênero feminino, pois as mulheres são 91,7% das pessoas nessa atividade. Ver mais em: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_trabalho_domestico_remunerado.html. Acesso em 26/04/21.

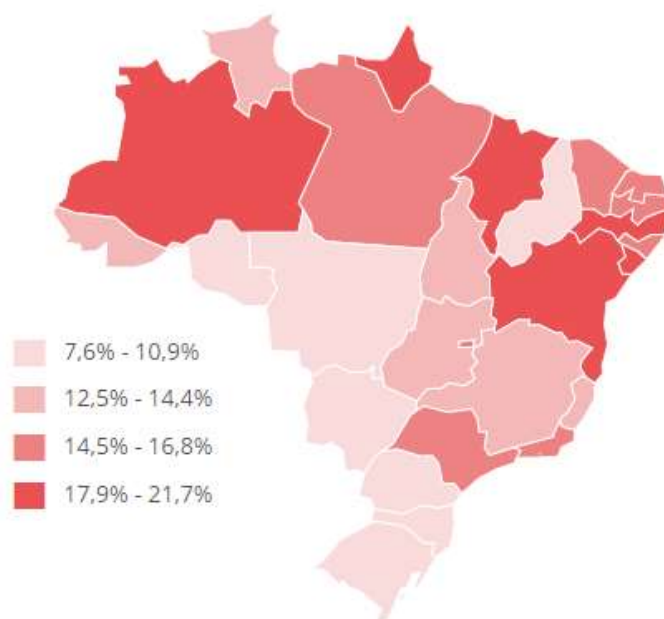
Gráfico 2 - Afastamento do trabalho (devido ao distanciamento social)



Fonte: IBGE / PNAD COVID

Os impactos econômicos da pandemia no Brasil ampliaram o número de desempregados em 1,2 milhões de pessoas apenas nos três primeiros trimestres de 2020. Os níveis mais elevados de desocupação em estados do norte e nordeste, como se vê na Figura 2, ampliaram a pobreza e a miséria. Ainda que o desemprego tenha crescido em todas as faixas etárias, a ampliação mais expressiva ocorreu entre jovens de 18 a 24 anos. Partiu-se de elevada taxa de desocupação de 27,1% no primeiro trimestre de 2020, chegando-se a 31,4% no terceiro trimestre, o que representa 4,1 milhões de jovens em busca de emprego. Entre os adolescentes de 14 a 17 anos o desemprego oscilou em torno de 44% no mesmo período, compelidos pela perda de renda de suas famílias ao ingresso precoce no trabalho. Quase metade dos jovens dessa faixa se deparou com desemprego e baixos salários. Destaca-se que, em 2020, o rendimento médio dos jovens de 18 a 24 anos era a metade da média salarial do país. Já os entre 14 a 17 anos recebiam 23% da média.

Figura 2 - Taxa de desocupação por estado



Fonte: IBGE / PNAD CONID

A variação da taxa de ocupação indica a profundidade do impacto da crise sobre o mercado de trabalho e a influência de políticas de proteção social sobre a flutuação da força de trabalho entre os jovens. Mesmo com redução no número de pessoas em busca de ocupação, a crise tem ampliado o desemprego, a informalidade e reduzido os salários. O Gráfico 3 indica que durante o ano de 2020 o número de pessoas com mais de 14 anos cresceu 2,8% (4,7 milhões de pessoas). No entanto, cerca de 10% (10 milhões de pessoas) saiu da força de trabalho, reduzindo a oferta de trabalho. Ainda assim, entre o 4º trimestre de 2019 e o 3º trimestre de 2021 o número de desempregados cresceu 21,1%, com 14 milhões de pessoas em busca de ocupação. A taxa de participação de 55,1% corresponde não só a menor desde o início da série histórica da PNAD Contínua, como também o menor número de pessoas compondo a força de trabalho no Brasil.

Além de grande número de afastamentos, aumento do desemprego, das taxas de subutilização, conforme se verá adiante, houve, ainda, aumento do trabalho em *home office* que chegou a atingir 8,9 milhões de trabalhadores na pandemia⁶. Mais de 9 milhões de trabalhadores tiveram rendimentos reduzidos, ao serem enquadrados no Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda⁷, medida que permitiu redução da jornada com redução salarial ou suspensão temporária do contrato de trabalho por contrato individual de trabalho. Nos dois casos, foi definido

⁶ PNAD-Covid - 28/06 a 04/07

⁷ <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/dois-anos-de-avancos/acoes-2020-combate-a-covid-19/beneficio-emergencial-preserva-empregos>

benefício compensatório pago pelo governo que, de toda forma, acarretou redução da massa de rendimentos para trabalhadores com rendimentos⁸.

Outra medida para o trabalho na pandemia foi o “auxílio emergencial” que, oriundo de diálogo entre parlamentares e organizações sindicais, organizações sociais, centros de pesquisa e parlamentares, buscou mitigar os efeitos da crise econômica e sanitária sobre os rendimentos da população mais pobre, desempregados e pessoas em ocupações precárias⁹. Sintonizada com medidas semelhantes adotadas no mundo, essa política, de certa forma, cumpriu o papel de contribuir o necessário isolamento social, prover rendimentos aos informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados¹⁰, bem como para ajudar a conter a queda da atividade econômica e redução do consumo das famílias. Além dos requisitos anteriormente mencionados, para acessar o auxílio era necessário: renda familiar de até três salários mínimos; renda familiar per capita não superior a meio salário mínimo; não ter tido rendimentos superior a R\$ 28.559,70 em 2018; e “não estar recebendo benefício previdenciário ou assistencial, seguro-desemprego ou outro programa de transferência de renda federal, exceto o Bolsa Família” (CAIXA, 2021).

Apesar do acesso ao auxílio ser restrito se comparado às medidas de outros países, atingiu mais da metade dos domicílios brasileiros, o que representou em Julho de 2020, 107,11 milhões de pessoas beneficiadas¹¹ pelo programa. Os estados com maior proporção de famílias que acessaram o benefício foram os das regiões Nordeste e Norte, com mercados de trabalho mais desestruturados, maiores índices de desemprego e remunerações mais baixas. Ainda que o auxílio emergencial tenha contribuído para conter a ampliação da pobreza e tenha amparado famílias de trabalhadores impossibilitados de trabalhar, seja pelo isolamento social ou pela inexistência de ocupação, a média de rendimentos às famílias beneficiadas foi de apenas R\$ 558,00, o que, conquanto tenha sido um alento às famílias pobres, esteve longe de suprir todas as necessidades materiais, sobretudo em regiões com elevados custos de vida. Destaca-se que 19,6% dos ocupados teve diminuição de rendimentos, evidenciando redução da massa salarial e precariedade material a que as famílias mais pobres foram submetidas.

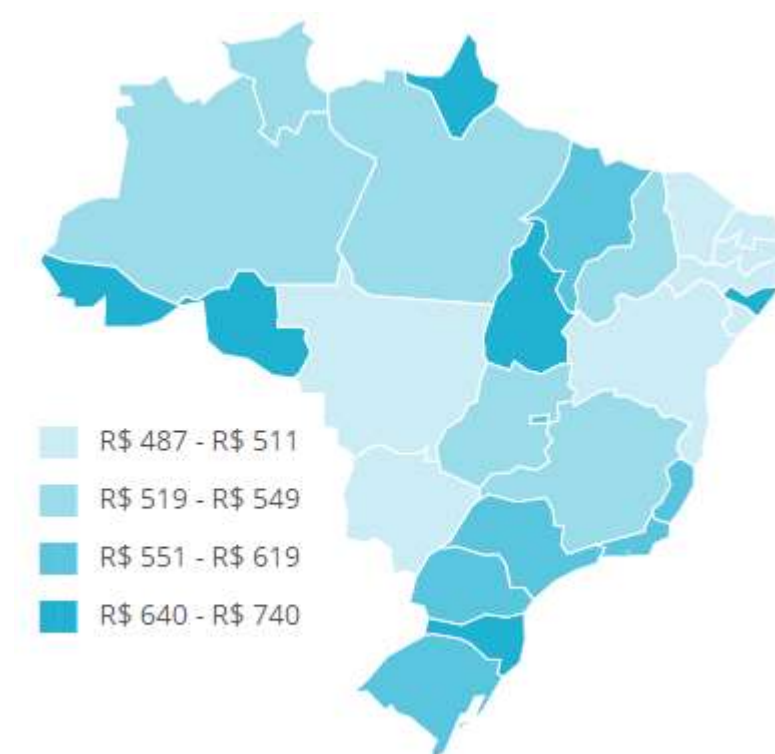
⁸ Para ver estimativa de perdas, consultar NT 243 do Dieese.

⁹ Disponível em: <https://www.politize.com.br/renda-basica-emergencial/>. Acesso em 21/03/212021

¹⁰ Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/auxilio/perguntas-frequentes/Paginas/default.aspx>. Acesso em 21/03/212021

¹¹ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28355-pnad-covid19-29-4-milhoes-de-domicilios-receberam-auxilio-emergencial-em-junho>. Acesso em 21/03/212021

Figura 3 - Média do rendimento proveniente do auxílio emergencial recebido pelos domicílios

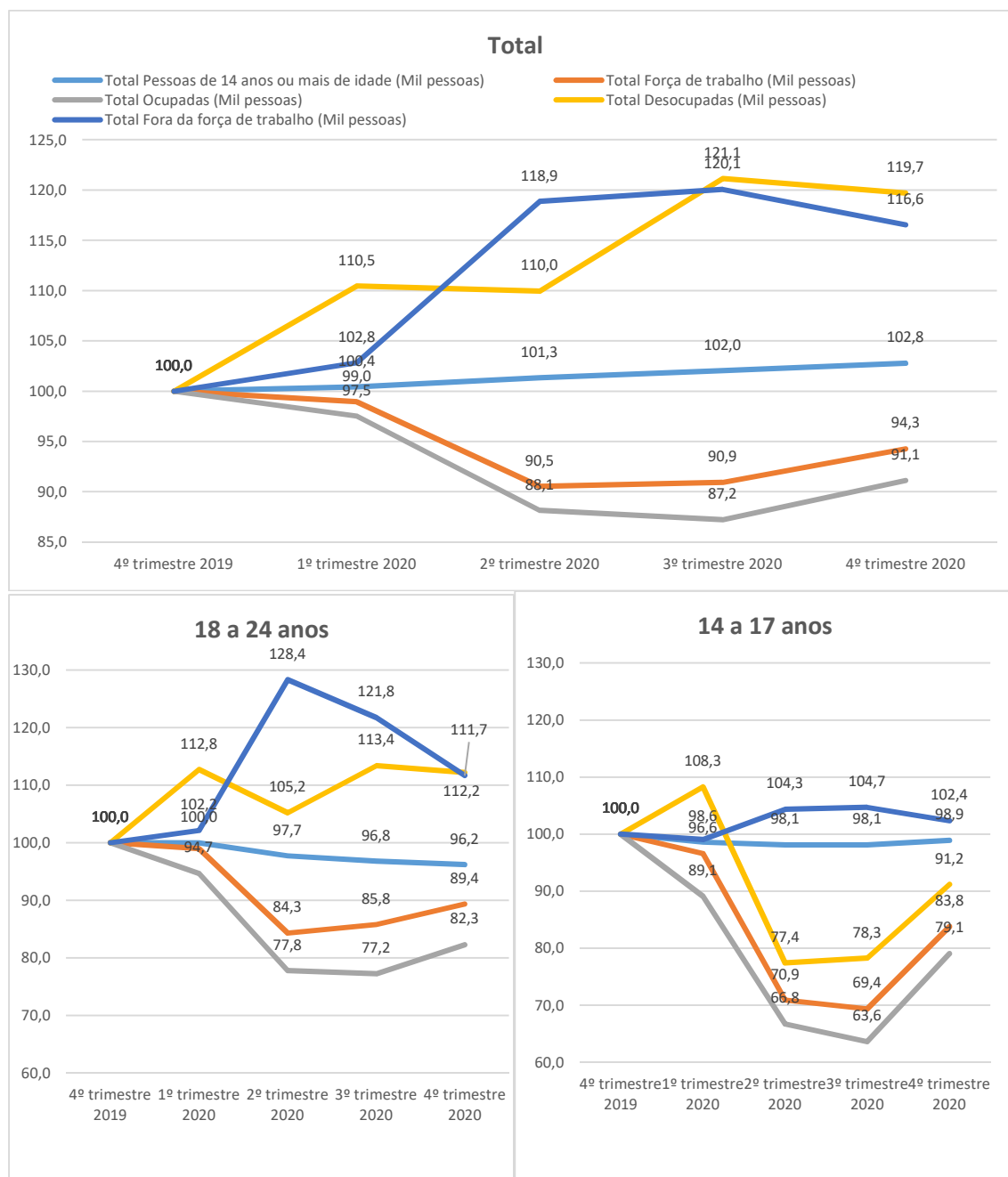


Fonte: IBGE / PNAD COVID

O Gráfico 3 evidencia a diferença no impacto do auxílio emergencial na inserção dos jovens no trabalho. Entre os jovens de 18 a 24 anos, chama atenção a ampliação de 28% de pessoas fora da força de trabalho entre o quarto trimestre de 2019 e o segundo de 2020, nível 10 p.p. maior do que o aumento total da população em idade de trabalhar nessa faixa etária. Ainda assim, o número de pessoas desocupadas continuou subindo, chegando a ampliar 5,5% no mesmo período, atingindo, no terceiro trimestre de 2020, 4,13 milhões de desocupados nessa faixa etária, com 30% dos desocupados do país entre 18 e 24 anos. A elevação da desocupação entre jovens de 18 a 24 anos ocorreu em período de expressiva redução da taxa de participação e redução do número de pessoas em idade de trabalhar dessa faixa etária. No 2º trimestre de 2020, a desocupação de jovens dessa faixa etária chegou a 29,7%. Estima-se que sem o auxílio emergencial e com substantiva redução da força de trabalho a desocupação das pessoas de 18 a 24 anos superaria os 40%.

Entre jovens de 14 a 17 anos as mudanças são ainda mais surpreendentes. O auxílio emergencial reduziu expressivamente não apenas o número de pessoas na força de trabalho como o número de desempregados. Entre o 4º trimestre de 2019 e o 2º de 2020 o número de jovens nessa faixa etária caiu 29%, reduzindo significativamente o contingente de desocupados em 23%. Ainda assim, esse grupo etário continuou com a mais elevada taxa de desocupação, atingindo 44,2 % no 3º trimestre de 2020.

Gráfico 3 – Composição da População em idade Ativa em 2020 (Nº índice)



Fonte: Dados IBGE / PNADC. Elaboração própria.

Em suma, os indicadores condizem com a hipótese de que os jovens são compelidos ao ingresso precoce no mundo do trabalho devido à instabilidade material de suas famílias e à ausência de políticas públicas de proteção social. Eles representam grande contingente de trabalhadores que flutuam dentro e fora da força de trabalho e, em períodos de crise, estão mais dispostos a ingressar em ocupações precárias com menores salários. Esse grupo etário, exposto às piores oportunidades de emprego devido à inexperiência profissional e por estarem em formação, impactam o mercado de trabalho como um todo, com inserção profissional muito sensível às variações dos ciclos econômicos. Políticas públicas que reduzem a incerteza dos rendimentos das famílias possibilitam não apenas

ingresso mais qualificado na vida laboral, como também a possibilidade de se dedicarem ao ensino. A redução expressiva dos adolescentes desocupados em 2020 indica o nível de precariedade que essa parcela da população, que deveria estar no ensino básico, se depara como o ingresso precoce na vida do trabalho, em escolha da trajetória profissional e submetida à imposição das condições materiais.

Para identificar os reais impactos da pandemia sobre o mundo do trabalho é necessário observar ampliação da taxa de subutilização da força de trabalho que capta, além do desemprego aberto, outras distorções como desalento e o trabalho em menos horas do que desejado. No terceiro trimestre de 2020 a taxa de subutilização estava em 30,3%, mais de 33,1 milhões de pessoas. Entre os jovens o quadro é mais grave: a taxa de subutilização entre 14 e 17 anos é de 68,1% e entre jovens de 18 a 24 anos é de 41,5%.

A análise da taxa de subutilização é ainda mais relevante durante a pandemia. Em novembro de 2020, último dado disponível na PNAD-COVID,¹² 15,3 milhões de pessoas não procuraram trabalho devido à pandemia ou por falta de trabalho na localidade, número que chegou a seu máximo em junho do mesmo ano, 19,3 milhões. Essas pessoas não apareceriam como desocupadas na estatística porque não estavam buscando trabalho, ainda que não pudessem prescindir dessa renda. Segundo os dados, os negros e as pessoas com menor escolaridade tiveram suas trajetórias profissionais mais afetadas pela pandemia. A proporção de pessoas negras que não procurou trabalho devido à pandemia ou por falta de trabalho na localidade foi de 9,7%, 3,8 pontos percentuais maior do que entre os brancos (5,9%). Entre as pessoas com ensino médio incompleto foi 9,6%, 5,9 pontos percentuais maior do que entre as com superior completo (3,7%).

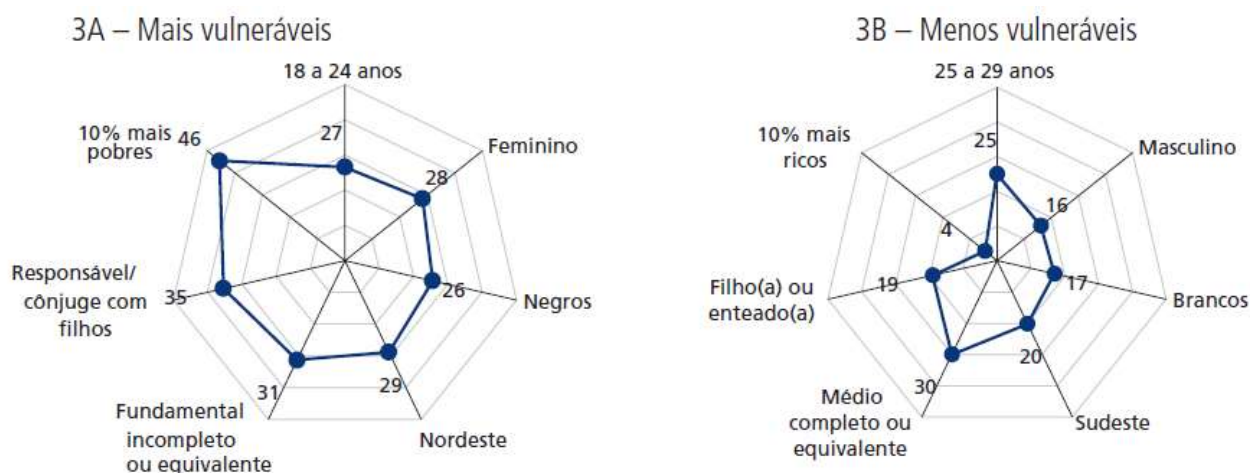
Nem-nem

A incidência dos que não trabalham e nem estão estudando é comum entre jovens em todo o mundo. No entanto, as características são distintas quando comparados países com diferentes níveis de desenvolvimento e aparatos de proteção social. Enquanto o fenômeno do chamado “nem-nem” entre jovens da Europa é prevalente entre a classe média, na América Latina esse fenômeno aparece majoritariamente em famílias de menor renda. Ainda que os países latino-americanos tenham ampliado a taxa de escolarização, especialmente nos anos 2000, a crise econômica dos anos 2010 reverteu a estruturação do mercado de trabalho, autorizando identificação dos jovens nem-nem com jovens sem-sem (sem trabalho e sem possibilidade de continuar estudando). O Gráfico 4 mostrar que é maior a proporção de jovens que não trabalham nem estudam entre os mais vulneráveis, seja pelas

¹² A coleta da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 teve início em 4/5/20, com entrevistas realizadas por telefone em, aproximadamente, 193 mil domicílios por mês. https://www.ibge.gov.br/estatisticas/investigacoes-experimentais/estatisticas-experimentais/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1?t=o-que-e&utm_source=covid19&utm_medium=hotsite&utm_campaign=covid_19

responsabilidades de cuidados com outros membros da família, como ocorre com as mulheres, seja pela inserção mais precária, como se dá com negros e/ou pessoas de baixa renda.

Gráfico 4 - Incidência de jovens sem trabalho e sem estudo em grupos selecionados (2019) (Em %)



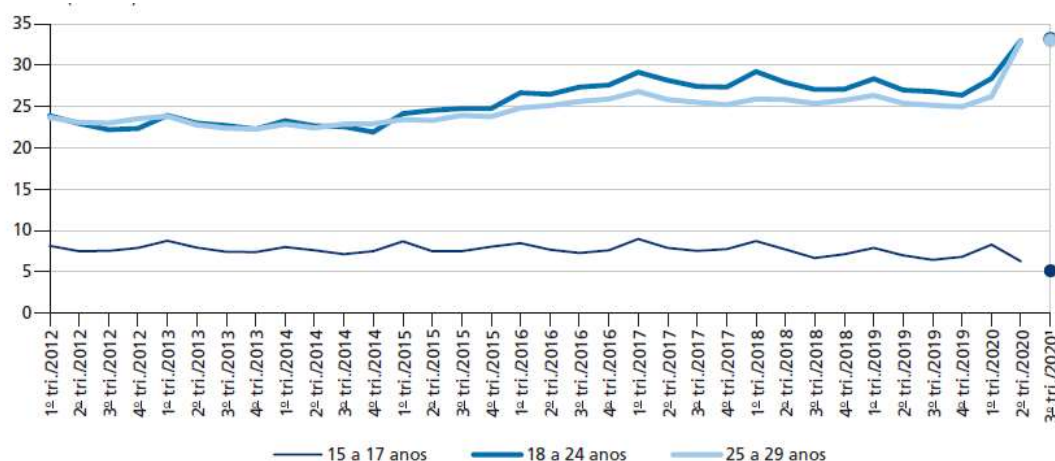
Fonte: IPEA, 2020

A permanência na condição de nem-nem gera efeitos de longo prazo na vida educacional e profissional dos jovens, ampliando desigualdades. Esse quadro se agrava à medida em que a crise expulsa do mercado de trabalho os jovens em condições de maior vulnerabilidade para o desemprego ou inatividade. Enquanto os jovens das famílias com maior renda utilizam o período de elevado desemprego e baixa atividade econômica para ampliar a escolarização, os das famílias mais pobres pressionam por oportunidade de emprego, sujeitos a ocupações degradantes, mal pagas e extenuantes. Ainda que as famílias valorizem a escolarização, as ocupações disponíveis nos períodos de crises tornam-se obstáculo objetivo à frequência escolar (POCHMANN, 2004).

As ocupações plataformizadas se apresentam como possibilidade de renda. Não demandam aprovação em processos seletivos. Porém, exigem grande esforço físico e recursos para prover internet, bicicleta e mochila térmica. Na maioria das vezes, os jovens necessitam se deslocar de bicicleta das periferias para as regiões mais ricas das cidades, em jornadas de trabalho de mais de 9 horas e grandes obstáculos para conciliação entre trabalho e estudo (SOUSA, 2020). O Gráfico 5 traz informações relevantes para o entendimento da inserção dos jovens no mundo do trabalho: i) a incidência de jovens sem trabalho e sem estudo é muito maior entre pessoas com mais de 17 anos, graças à oferta de ensino público universal até o ensino médio que garante redução das desigualdades educacionais e produz mais oportunidades; ii) os jovens de 18 a 29 anos não só são os mais expostos a condição de nem-nem, como têm número ampliado a partir da crise de 2015, o que sugere que a redução de dinamismo econômico gera obstáculos tanto para os jovens acessarem o mercado de trabalho, quanto para continuarem os estudos; e, iii) o auxílio emergencial impactou a proporção de jovens nem-nem de todas as faixas etárias. Mesmo com a desocupação explodindo entre a juventude,

o auxílio emergencial possibilitou redução no tamanho da força de trabalho. Porém, os jovens de 15 a 17, porque podem voltar a estudar, saem da condição de nem-nem, enquanto os de 18 a 29 anos, impossibilitados de ingressar no curso superior ou em uma ocupação, ampliam o contingente de jovens sem trabalho e sem uma oportunidade de continuar os estudos.

Gráfico 5 - Proporção trimestral de jovens sem trabalho e sem estudo (2012-2020) (%)



Fonte: IPEA, 2020

Nota: A série pontilhada corresponde aos dados da PNAD Covid-19 agrupados em trimestres. Devido a diferenças metodológicas, a comparação entre as séries deve ser feita com ressalvas.

A redução na renda das famílias, elevação do desemprego, subtilização da força de trabalho e insuficiência das políticas públicas pressionam jovens e crianças a ingressarem no mercado de trabalho em ocupações desprotegidas e mal remuneradas. As ocupações por plataforma, como a entrega de comida por aplicativo, foram alternativas possíveis em ambiente de poucas oportunidades de emprego. Dados da Aliança Bikes apontam que essa entrega por aplicativo de bicicleta é realizada majoritariamente por jovens: três quartos dos entregadores têm até 27 anos e a metade tem até 22 anos de idade. A pesquisa identificou que 71% dos entregadores se declaram negros e residem nas periferias. A maior parte trabalha mais de 9 horas por dia, em todos os dias da semana e recebem salários/hora inferiores ao salário mínimo. Pesquisadores da Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista (REMIR) identificaram que 60,3% dos entregadores por aplicativo tiveram rendimentos reduzidos durante a pandemia em 2020, o que é um contrassenso, eis que o serviço por eles prestado tornou-se essencial no combate à pandemia, viabilizador do isolamento social para muitos (MACHADO, 2020). O desemprego e os baixos salários pressionaram grande número de trabalhadores, jovens ou não, para essas ocupações, gerando excesso de oferta de trabalho visto pelas empresas de plataforma como oportunidade para reduzir o custo com a remuneração desse trabalho.

Considerações Finais:

A crise econômica e a pandemia impactaram a inserção laboral dos jovens direta e indiretamente. As consequências diretas sobre os jovens foi o ingresso precoce e precário em um mundo do trabalho com elevado desemprego e baixos salários. As consequências indiretas derivam da redução da renda das famílias, pressionando-os a secundarizar ou interromper estudos para a busca de quaisquer rendimentos. O quadro foi atenuado com o auxílio emergencial, aprovado em função de pressões de organizações sociais, movimento sindical, pesquisadores e outras instituições da sociedade civil. A redução histórica na taxa de participação dos jovens durante o período do auxílio emergencial converge com a hipótese de que a ausência de políticas de proteção social e precariedade material das famílias compele os jovens a um ingresso precoce e precário ao mundo do trabalho e não a simples escolha de trajetória profissional.

Por fim, a crise que se iniciou em 2015 e se agravou durante a pandemia torna-se divisor de águas sobre o papel do Estado na reconstrução do aparato de proteção ao trabalho. Medidas como a reforma trabalhista, da previdência e a administrativa, longe de resolver suplantam a crise, gerou um efeito pró-cíclico na economia, reduzindo a participação do consumo das famílias na composição do PIB. A crise econômica tem servido como justificativa para acelerar as mudanças no mundo do trabalho derivadas das transformações tecnológicas e estruturais, mudanças que deveriam ser acompanhadas da reconstituição de pactos sociais que permitissem reverter o acelerado processo de ampliação das desigualdades e desproteção do trabalho. Os dados e a bibliografia consultada indicam que a ampliação do número de jovens desempregados ou em ocupações precárias é importante indicador de para onde caminha o mercado de trabalho no Brasil.

Bibliografia

- .SOUSA, E. J. S.; MEINBERG, M. O. A “uberização” e o aprofundamento da flexibilização do trabalho. Revista Princípios, São Paulo, n. 159, p. 107-125, Jul/Out 2020.
- ALIANÇA Bike. (2019). Pesquisa de perfil de entregadores ciclistas de aplicativo. São Paulo, Brasil: Aliança Bike.
- GUIMARÃES, Nadya. “Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil”, in Abramo, Helena & Branco, Pedro (orgs.). Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Mercado de trabalho: conjuntura e análise. Ano 26, nº 70 Brasília: IPEA, 2020;
- Machado, F. S. L. Coronavírus: entregadores de aplicativo trabalham mais e ganham menos na pandemia, diz pesquisa. Da BBC News Brasil em São Paulo. 2020. Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52564246> >. Acessado em 27 de março de 2020.
- OIT - Global Employment Trends for Youth 2017: Paths to a better working future International Labour Office – Geneva: ILO, 2017
- OLIVEIRA, Tiago. Trabalho e padrão de desenvolvimento: uma reflexão sobre a reconfiguração do mercado de trabalho. 2015. Tese (Doutorado em Economia) — Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2015.
- SOUSA, E. J. S. Inserção dos jovens no mercado de trabalho, subdesenvolvimento e as mudanças estruturais / Tese (Doutorado em Economia) — Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2020
- SOUZA, J. (2017). A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya.

- UNICEF alerta para aumento de incidência do trabalho infantil durante a pandemia em São Paulo. **UNICEF**, 18 ago. 2020. Disponível em: <<https://uni.cf/3jIBwca>>. Acesso em: 14 out. 2020.
- VAZQUEZ, Bárbara Vallejos. Correspondentes bancários e terceirização: o subterrâneo das relações de trabalho no setor financeiro no Brasil. 2018. 1 recurso online (236 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/331802>>. Acesso em: 3 set. 2018.
- WICKERT, Luciana Fim. Desemprego e juventude: jovens em busca do primeiro emprego. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2006, vol.26, n.2, pp.258-269. ISSN 1414-9893. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000200008>.